

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.037.523 - GO  
(2016/0328573-7)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**AGRAVANTE : LEONARDO DIAS DE MENDONCA**  
**ADVOGADOS : ANDRÉ LUIZ FIGUEIRA CARDOSO - DF029310**  
**MARCILOM XAVIER DA SILVA - DF046304**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PRELIMINAR. RATIFICAÇÃO DE RECURSO ESPECIAL ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO OBSTADO POR FORÇA DO JULGAMENTO DO ARESP N. 265.645/GO, TRANSITADO EM JULGADO. DOSIMETRIA DA PENA. VIOLAÇÃO DO ART. 59 DO CP. SUPOSTA ILEGALIDADE DECORRENTE DO DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO PROFERIDA NO JULGAMENTO DO HC N. 313.735/GO. INADMISSIBILIDADE. QUESTÃO OBJETO DE OUTRO FEITO (RCL N. 32.472/GO), NO QUAL FOI RECHAÇADA A ALUDIDA ILEGALIDADE. TEMA QUE NÃO FOI DEBATIDO NA CORTE DE ORIGEM, NEM SUSCITADO EM ACLARATÓRIOS. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. *REFORMATIO IN PEJUS* DECORRENTE DO NOVO JULGAMENTO NA CORTE A *QUO*. INADMISSIBILIDADE. TEMA QUE NÃO FOI DEBATIDO NA CORTE DE ORIGEM, NEM SUSCITADO EM ACLARATÓRIOS. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. PENA TOTAL SIGNIFICATIVAMENTE REDUZIDA, INCLUSIVE COM EXCLUSÃO DOS MAUS ANTECEDENTES. VIOLAÇÃO DO ART. 59 DO CP E DOS ARTS. 5º, XLVI e 93, IX, DO CF. SUPOSTA ILEGALIDADE DECORRENTE DA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.

Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de março de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator